

Ulysses chama OAB e pede ajuda para substitutivo de Bernardo Cabral

BRASÍLIA — Por solicitação do Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) vai elaborar um anteprojeto de Constituição que servirá de base ao substitutivo que o Deputado Bernardo Cabral apresentará ao plenário. O convite foi formalizado ontem por Ulysses, no Palácio do Planalto, ao Presidente da OAB, Márcio Thomaz Bastos, em audiência da qual participaram o próprio Bernardo Cabral, Miguel Reale Júnior e o Deputado Nelson Jobim.

Ao lado de Cabral — que disse ter comparecido ao Palácio na condição de membro da OAB e não de Relator da Constituinte —, Márcio Thomaz Bastos contestou a tese de que o futuro texto constitucional deva ser conciso e propôs que ele tenha tantos artigos quantos forem necessários para "limpar os excessos autoritários" e dar ao País a oportunidade de "lançar as bases para uma democracia estável."

O Presidente da OAB, com apoio de Cabral, disse que insistirá em numerosas propostas rejeitadas na fase das Subcomissões e Comissões da Constituinte, quando a entidade foi a mais solicitada por todos os Relatores para apresentar sugestões. Entre essas propostas rejeitadas, Márcio Bastos arrolou a criação da Corte Constitucional, a revogação da Lei de Segurança Nacional, o poder fiscalizador do Congresso sobre o Executivo e o Judiciário, redefinição do papel constitucional das Forças Armadas e novas propostas para as reformas agrária, urbana, partidária, fiscal e sindical.

A OAB, de acordo com Márcio Bastos, pretende também incluir em seu miniprojeto a proibição da transformação da dívida externa brasileira em capital de risco, e insistir no tratamento igualitário para os Minis-



Ulysses, no Planalto, recebe a OAB e pede um anteprojeto para texto de Cabral

tros Militares — que, no caso do sistema parlamentarista, por exemplo, reivindicam a permanência do vínculo com o Presidente da República e não ao Gabinete. A OAB proporá, de acordo com seu Presidente, um regime presidencialista com "alguma coisa de parlamentarismo".

Segundo o Presidente da OAB, a proposta de Corte Constitucional, uma das mais polêmicas que tramitou na fase inicial da Constituinte, pode ser viabilizada através da transformação do próprio Supremo Tribunal Federal (STF), que seria despojado de suas demais funções de tribunal de recursos, para dedicar-se exclusivamente à tarefa de fazer valer a Constituição. Essa Corte Constitucional funcionaria quando provocada por outros poderes e entidades diversas, entre elas, a própria OAB. No texto, já elaborado pela entidade e apresentado na fase das Subcomissões da Constituinte, estavam relacionadas as Presidências da Câmara

e Senado, entre outras.

A Lei de Segurança Nacional atual, de acordo com o Presidente da OAB, dará lugar a uma outra que se propõe a ser a Lei de Defesa do Estado Democrático e pode ser elaborada com base em projeto nesse sentido já existente no Ministério da Justiça. Segundo a OAB, a atual Lei é ainda autoritária, na medida em que prevê a incomunicabilidade do preso e a prisão sem mandado judicial.

O exercício da fiscalização dos atos e contas dos Poderes Executivo e Judiciário, pelo Congresso Nacional, é outra proposta que a OAB apresentará, apesar de reconhecer que ela encontra enormes resistências, por sugerir a interferência de um Poder em outros dois. Márcio Bastos argumenta que o Congresso promoveria sua fiscalização de forma "transparente", através de audiências públicas com a participação de entidades representativas de todos os segmentos da sociedade.

Relator separa o que cabe à lei ordinária

BRASÍLIA — O Relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral (PMDB-AM), está fazendo levantamento dos excessos existentes no atual anteprojeto da Constituição, que podem ser regulamentados através da lei complementar ou lei ordinária. Até o dia 30 ele espera elaborar um "Ato de Disposições não Constitucionais" que pretende ver aprovado juntamente com a Carta.

— Se os autores das matérias tiverem a certeza de que elas serão aprovadas, ficarão satisfeitos porque sua missão não foi frustrada — disse.

Cabral continua defendendo que a Constituição tenha até 250 artigos. Para elaborar o ato, ele conta com a ajuda de especialistas em Direito Constitucional. Depois de pronto o Ato, pretende trocar idéias com os constituintes para aprimorá-lo.

Ele entende que existem vários excessos no anteprojeto que podem ser regulamentados por lei complementar ou ordinária. O Deputado Nelson Jobim (PMDB-RS) disse que, com a aprovação do "Ato de Disposições não Constitucionais" pela Constituinte, as matérias ficam livres da difícil tramitação pelo Congresso e de um possível veto presidencial.

Nelson Jobim acha que, agindo desta forma, a "espinha dorsal" do anteprojeto aprovado pela Sistematização — que considera boa — estaria preservada. Segundo ele, o texto poderia ser enxugado em até 40 por cento. Propõe que sejam acrescentadas à pauta do documento matérias auto-aplicáveis (que entrariam em vigor com a promulgação da nova Carta) e também as que seriam regulamentadas mais tarde pelo Congresso, em caráter prioritário.

Arinos endossa emendas populares fora das normas estabelecidas pelo regimento

BRASÍLIA — O Presidente da Comissão de Sistematização, Senador Afonso Arinos, decidiu ontem que vai endossar as emendas populares que não se enquadram nas normas estabelecidas no Regimento Interno, para viabilizar a tramitação das propostas na Constituinte. Arinos formalizou a sua decisão durante reunião com assessores, mas disse que seu endosso está condicionado às emendas de caráter popular que ele entende como relevantes para o novo texto constitucional.

Na reunião, Arinos definiu o tratamento que as emendas populares irão receber na Comissão de Sistematização: aquelas que se enquadram às normas regimentais da Constituinte, receberão um número e tramitarão normalmente; as propostas que coincidirem com emendas já apresentadas serão rejeitadas, com despacho indicando como e através de que constituinte a idéia já está sendo discutida; e as que não se encaixam nas normas regimentais, receberão um tratamento diferenciado, que vai desde a simples rejeição, até o seu endosso, única forma de garantir a tramitação da proposta.

Arinos despachou as três emendas populares que já chegaram à Comissão de Sistematização. A que foi apresentada por crianças, subscrita por quase dois milhões de assinaturas, foi rejeitada. Mas as reivindicações infantis foram adotadas pela constituinte Abigail Feitosa (PMDB-BA) e serão examinadas pelos constituintes. A emenda que propõe o fim da censura e a que prevê a criação de um Delegacia de Defesa do Cidadão também foram rejeitadas porque estas propostas já estão sendo motivo de emendas de iniciativas dos constituintes.

De acordo com o artigo 24 do Regimento Interno da Constituinte, as emendas populares poderão ser apresentadas à Comissão de Sistematização, desde que subscritos por 30 mil ou mais eleitores brasileiros, em listas organizadas por, no mínimo, três entidades associativas. As emendas também só serão aceitas quando acompanhadas do número do título de eleitor dos signatários.



O Relator Bernardo Cabral examina os calhamaços na sala apertada

Comissão necessita de mais espaço para propostas que o povo assinou

BRASÍLIA — Três emendas populares propondo fim da censura, cumprimento dos direitos fundamentais da criança e criação de delegacias de defesa dos direitos do cidadão já chegaram à Comissão de Sistematização, praticamente cobrindo uma parede da sala de recepção de emendas, já que cada proposta é acompanhada de, pelo menos, 30 mil assinaturas. Mas a maior parte chegará no dia 22 de agosto, quando a Articulação Nacional pela Mobilização Popular apresentará 30 emendas.

A Articulação Nacional, composta por 60 entidades que defendem posições "progressistas", realiza hoje o Dia Nacional de Coleta de Assinaturas, com atos públicos e shows musicais em todo o País. No Rio de Janeiro, será realizada uma passeata na Cinelândia, com os manifestantes imitando a estrutura de uma escola de samba, onde serão representadas as alas da reforma agrária, do ensino público, das diretas-já e outras.

Uma reunião marcada para o dia 22, em Brasília, poderá, no entanto, antecipar a entrega das emendas pa-

ra 5 de agosto. O objetivo é evitar o congestionamento nos últimos três dias de debates em plenário, já que os constituintes estão marcando os seus pronunciamentos para a última semana desta fase dos trabalhos. Como deverão ser apresentadas cerca de 100 emendas, as entidades teriam dificuldades para assegurar o espaço de 20 minutos reservado pelo Regimento da Constituinte para a defesa de suas propostas.

O número de emendas será elevado porque também estão sendo colhidas assinaturas para emendas avulsas, que não acompanham a linha da Articulação Nacional. Entre as entidades integrantes deste movimento estão a CUT, a CGT, a Contag, a UNE, o Conam e a Andes, que defendem reforma agrária mais radical do que aquela aprovada até agora pelos constituintes, exclusividade das verbas públicas para as escolas públicas, estabilidade para os trabalhadores, voto proporcional, eleições diretas em 88 e participação popular no Congresso Nacional.

D. Luciano vai ao Palácio pedir apoio a emendas

BRASÍLIA — O Presidente da CNBB, Dom Luciano Mendes de Almeida, manifestou ontem ao Presidente da República em exercício e da Constituinte, Ulysses Guimarães, a preocupação da Igreja com o tratamento que será dado às emendas populares na Assembléia. Ele teme que sejam frustradas as expectativas das milhares de pessoas que estão assinando as propostas em todo o País.

Dom Luciano almoçou no Palácio do Planalto com Ulysses, o Ministro-Chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, e o Deputado Euclides Scalco (PMDB-PR). A CNBB é autora de quatro emendas populares e apóia outras três, entre as quais uma sobre os direitos da família e outra sobre a reforma agrária. Ulysses garantiu que todas as emendas serão examinadas com "muita atenção" e as entidades autoras terão espaço para defendê-las.

Ulysses promete agir em favor da reforma agrária

BRASÍLIA — O Presidente da República em exercício, Ulysses Guimarães, admitiu ontem que o texto da reforma agrária aprovado pela Comissão de Sistematização da Constituinte "é muito atrasado" e prometeu empenhar-se junto ao PMDB para que sejam garantidos avanços. Ulysses fez a promessa à Diretoria da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), que esteve no Palácio do Planalto a convite dele próprio. O Presidente da entidade, José Francisco da Silva, advertiu-o de que se vier a ser aprovado definitivamente o atual texto "haverá um desastre e os trabalhadores não terão como respeitar a Constituição".

Ulysses Guimarães queria falar sobre a Constituinte. Mas a Contag aproveitou a condição de Presidente da República em exercício de Ulysses para reivindicar a desapropriação imediata de aproximadamente 50 áreas de conflito, cujos processos estão no Palácio do Planalto, alguns desde dezembro. Ele prometeu que ontem mesmo examinaria os processos com o Chefe do Gabinete Civil, Ministro Costa Couto, para tomar providências, sem explicar, entretanto, se isso significaria a sua assinatura nesses processos. José Francisco lembrou que as reivindicações dos que defendem a reforma constam de documento aprovado pelo PMDB em seu Congresso do ano passado.